

ANEXO I

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE SETEMBRO DE 2012

APRESENTAÇÃO

Balanco SEMESTRAL da Gestão – (Fev/Agosto 2012)

Secretaria de Enfrentamento à Violência contras as Mulheres/SPM

Secretária Aparecida Gonçalves

Na verdade, o que nós estamos trabalhando dentro da SPM como algumas prioridades que eu vou colocar, porque eu acho que o resto a gente vai fazer no debate. A primeira coisa é a questão da CENTRAL DE ATENDIMENTO A MULHER. Nós estamos discutindo desde o início do ano a questão de que o **Ligue 180**, ele faz o atendimento e orientação. Com a decisão do STF, nós precisamos efetivamente transformar ele em Disque. Porque a decisão do STF diz que a pessoa pode fazer a denúncia. Então, chegando uma ligação e um relato de violência e urgência, cabe então as atendentes da central fazerem o encaminhamento, então, nós estamos numa discussão de adequar o serviço, e ligue para **Disque 180** para que de fato nós possamos fazer todo o encaminhamento. Nós estamos nesse processo. A segunda discussão é sobre a questão de ampliar o atendimento que é nacional para outros países. Hoje nós fazemos para três países. Nós precisamos ampliar efetivamente para outros países. Mas essa parceria a gente faz com o Ministério das Relações Exteriores e com a Polícia Federal. No caso de denúncia de tráfico efetivamente, nós acionamos a Polícia Federal que tem adido em outro país para que possa começar a investigação, o processo de investigação do crime e ao mesmo tempo, nós encaminhamos para o Ministério das Relações Exteriores, porque também é uma parceria com a embaixada ou com o consulado brasileiro naquele país, para que eles possam dar o atendimento à vítima. Então é um processo que tem que ser feita toda uma discussão da rede de atendimento no país, a forma, a parceria que está sendo feita com cada

33 país. Então não é uma coisa que nós podemos definir e simplesmente sair
34 implementando. Você tem que ter todo o processo de acolhimento
35 considerando a legislação de cada país, considerando todos os processos que
36 são colocados. Mas esse ano nós queremos sim ampliar o atendimento do **180**
37 para a questão internacional. E é importante dizer que nós já tivemos um
38 resultado esse ano, de uma ligação feita, daqui inclusive do Brasil, que a
39 mulher conseguiu falar com a mãe, e a mãe acionou o **180** e nós conseguimos
40 desbaratar o grupo na Espanha. Com relação à questão do pacto, nós fizemos
41 uma releitura do pacto, mudamos alguns eixos, alteramos o eixo, e agora nós
42 estamos repactuando com os Estados. Esse ano nós tínhamos previsto a
43 pactuação em cinco Estados, mas devido a uma série de questões e a
44 campanha, nós vamos centrar a maior parte no mês de novembro, tanto o
45 lançamento da ***Campanha Compromisso e a Atitude***, como repactuação. Aí
46 nós estamos prevendo três Estados, o Rio de Janeiro, o Pará e Minas Gerais
47 como ordem de prioridade considerando as realidades de cada um. Nós
48 tivemos o encontro de DEAMS que aconteceu em agosto. O objetivo era
49 efetivamente fortalecer, conversar com as delegadas, fortalecer elas e as
50 DEAMS como instrumento, e também tencionar efetivamente a Secretaria de
51 Segurança Pública, que essa é uma política que nós estamos cuidando e que é
52 prioridade para nós. É importante dizer que a maioria dos secretários de estado
53 respondeu bem. Nós tivemos trezentos e vinte e nove delegadas. Faltaram as
54 de São Paulo. O Estado de São Paulo, o Secretário de Segurança não
55 autorizou as delegadas virem. Autorizou duas representantes, mas as outras
56 delegadas não vieram. Então, mas Minas Gerais vieram as quarenta e duas,
57 acho que é importante dizer; Bahia vieram as quinze. Então, nós tivemos uma
58 representação muito forte das delegadas. Com o encontro das delegadas o que
59 nós decidimos? Tem um grupo de trabalho dos Estados que tem coordenadoria
60 de delegacias dentro da Secretaria de Segurança Pública, para que nós
61 possamos a partir daí, fazermos uma discussão sobre o protocolo, fluxo,
62 atendimento unificado, boletim de ocorrência, informações, dados. A gente
63 trabalhar melhor todos os procedimentos que são feitos nas delegacias
64 especializadas, e com **a Lei Maria da Penha**, quais são as informações que
65 precisamos ter das outras delegacias. Então, a partir da experiência das
66 delegacias especializadas a gente uniformizar o atendimento em todas as

67 delegacias, não é só para as delegacias especializadas efetivamente. E
68 também no encontro de delegadas é importante dizer que na mesa que nós
69 fizemos sobre a Lei Maria da Penha, nós colocamos o Conselho Nacional de
70 Justiça, a secretaria de reforma do judiciário, o Conselho do Ministério Público,
71 e o colegiado de defensores públicos para discutir os problemas entre o
72 sistema de justiça efetivamente na aplicação da Lei Maria da Penha. E desse
73 debate saiu também a criação de um grupo, que efetivamente coordenado pelo
74 SPM composto por ter todos esses órgãos, também possa discutir as
75 dificuldades e o fluxo que tem na ponta em relação aos processos.
76 Investigação inicial, que é o boletim de ocorrência no início, depois a devolução
77 para o Ministério Público que devolve o que encaminha, e depois a questão
78 tanto da defensoria quanto da promotoria e o processo fica parado na justiça
79 nos juizados. Nós temos, fala o Conselho Nacional de Justiça e Estado, que
80 tem mais vinte e dois mil processos parados de violência contra a mulher,
81 porque eles não dão conta. Têm medidas protetivas, essas são prioridades,
82 outras são prioridades, como é que fica o julgamento dos outros casos. Então,
83 o julgamento está sendo muito baixo. Essa é uma grande realidade que está
84 colocada. Então é um pouco esse grupo para trabalhar e ver como nós vamos
85 fazer essa discussão sobre o sistema efetivamente. Eu gostaria de colocar
86 algumas coisas que a ministra falou, porque eu acho que é importante a gente
87 trabalhar. Primeiro, como estamos pensando algumas coisas? A discussão
88 com o MDS. Com o MDS a nossa discussão não tem sido delicada nem fácil. A
89 gente tem que começar a dizer isso. É uma questão de tensão de concepção
90 de política diferenciada e da questão do conceito de família e o conceito da
91 situação da mulher especificamente. Existe essa dificuldade e nós não
92 podemos fugir dela. O que nós temos tentado discutir permanentemente? É
93 como é que efetivamente nós podemos manter os serviços especializados. No
94 caso prioritariamente os centros de referência de atendimento às mulheres em
95 situação de violência, como o serviço especializados da mulher e não
96 transformá-los em CREA? Porque segundo o SUAS todos os serviços de
97 atendimento tem que ser transformado em CREA, senão não recebe recurso.
98 Essa é uma discussão que nós estamos efetivamente colocando o Sistema
99 Único de Assistência Social. Então, efetivamente esse é um debate que nós
100 estamos fazendo, que nós estamos discutindo permanentemente. A discussão

101 é, nós em nenhum momento queremos que os CREAS não façam
102 atendimento. Eles têm que ser preparados, capacitados. Eles estão na ponta,
103 eles tem mais capilaridade que os centros especializados, mas o fato de ter
104 esse elemento, não significa que os centros especializados têm que ser
105 transformados em CREAS e ser diluídos no processo que estão colocados.
106 Então esse é o debate que nós estamos fazendo, não tem sido muito fácil; nós
107 tivemos dez municípios que foi solicitado que fosse transformados em CREA.
108 Tivemos que intervir. É importante dizer que esses dez municípios foram feitos
109 com recursos da SPM os serviços. A maioria dos serviços especializados são
110 financiados pela SPM. E, portanto, nós estamos buscando alternativas para se
111 resolver esse problema, e aí só tem uma forma, é discutindo o poder e a
112 questão dos organismos de política para as mulheres, qual a capilaridade e as
113 condições que esses organismos têm de assumir os serviços de violência
114 efetivamente dos municípios nos Estados. Também é um debate que a gente
115 quer colocar dentro dessa situação. Com relação à questão da Segurança
116 Pública, eu acho que é importante, quando a ministra colocou a questão das
117 delegacias de fronteira. A grande discussão que tem dentro da Segurança
118 Pública são dois projetos grandes de Segurança Pública. Uma que é o
119 ENAFRON, a questão da discussão de fronteira, o armamento pesado para
120 evitar drogas, evitar invasão, uma série de coisas, que está sendo trabalhado
121 por dentro da Segurança Pública. É um projeto priorizado pela Presidenta
122 Dilma, não tem como. E é dentro desse projeto da ENAFRON que nós
123 queremos discutir a questão da violência contra mulher, o tráfico de mulheres e
124 colocar uma série de políticas. E aí, a grande discussão que nós temos hoje
125 para dentro da Segurança Pública, é de que forma que nós temos serviços
126 especializados não dentro da estrutura de segurança que a gente quer e de
127 armamento pesado. Então, tem um processo para a gente trabalhar. Tem outro
128 projeto que efetivamente está dentro da Segurança Pública e que é prioridade
129 e começou em Alagoas, e hoje a Ana Tereza Iamarino (Diretora) está lá. Acho
130 que é importante dizer, que tem uma agenda de dois dias do Brasil Seguro em
131 Alagoas. Ana Tereza está lá representando a SPM, que é exatamente a
132 discussão da construção de perícias, a questão do trabalho da força nacional; a
133 questão da intervenção do Governo Federal em algumas questões,
134 principalmente em Estados que tem um grande número de assassinatos. O que

nós estamos colocando no **Brasil Seguro**? Duas coisas, se vai ter construções de grandes prédios para a questão das perícias, é porque não. Então é a gente discutir o espaço específico para as perícias na questão da violência contra as mulheres, seja doméstica, seja sexual. E tem equipe especializada, espaço especializado dentro desse mesmo projeto. A segunda é a qualificação. Como vai ser feita a qualificação dos profissionais que vão trabalhar na perícia. Eu sei, eles tem trabalhado muito mais na perícia para drogas, não é tanto na questão do atendimento humano, porque não substitui o Instituto Médico Legal, não é essa a ideia, mas por outro lado, senão vamos investir tanto recurso numa estrutura como essa, porque não a gente trabalhar então com algumas questões que são fundamentais no enfrentamento à violência contra a mulher, e junto com isso, no **Brasil Seguro** vai se ter recurso para investir na reestruturação do Instituto Médico Legal, na criação de laboratórios ou no fortalecimento dos laboratórios de perícia nos Estados; então, por que não, investir também na questão das delegacias especializadas, nos serviços especializados efetivamente para as mulheres. Então, nós tivemos conhecimento pelo papel, e hoje especificamente, hoje e amanhã, estaremos com uma pessoa nossa acompanhando o tempo todo o processo para que nós possamos a partir daí termos uma intervenção muito mais segura e concreta. Acho que isso é uma coisa importante de dizer. E por fim, para eu não falar muito, na verdade, também com a Segurança Pública a gente tem acompanhado o programa do déficit zero, para penitenciária feminina. Acho importante ter um grupo de trabalho que é composto pela SDH, pela SEPPIR e DEPEN para que nós possamos efetivamente discutir essa questão do déficit zero para o sistema carcerário feminino. Acho que é importante dizer, não é para todo. O déficit zero é para o sistema carcerário. Dentro dessa discussão, temos dificuldade, porque na hora de liberar, déficit zero significa o seguinte, que na população carcerária o número menor que se tem, ainda são mulheres, não chega a 30%; vinte e uns quebrados. Dentro desse olhar, o que é o programa que o DEPEN e o Ministério da Justiça trabalhou? Que é possível você dar um tratamento humanizado. Então você pensa que o novo sistema de presídio com todas as condições dentro dessa perspectiva. Então, esse é um processo que está sendo trabalhado. Isso em nível de construção. Por outro lado, tem a questão de uma política de fazer a questão de que a defensoria

pública e o Ministério Público e os juizados, vejam a situação das mulheres encarceradas, se elas ainda têm que ficar lá, porque esse é o grande problema. Porque como as mulheres são menos, geralmente vai correr atrás dos presídios masculinos, e as mulheres por uma margarida ou por qualquer coisa terminam ficando anos e anos dentro do presídio sem nenhum acompanhamento do processo efetivamente. Então, o déficit zero significa acompanhar os processos, a forma que está o andamento jurídico e de outro lado também pensar uma penitenciária no sistema de presídio que de fato de conta de todas as especificidades das mulheres, porque uma das discussões que nós fizemos é que não dá para pegar. Faz uma penitenciária para os homens, aí o que está os homens hoje, coloca-se as mulheres. É isso que tem acontecido. Aí efetivamente você não pensa que tem que ter um espaço de saúde, um espaço ginecológico, que a situação da mulher especificamente é outra mesmo dentro do sistema carcerário. Então, nós estamos acompanhando, estamos fazendo, também num debate é importante dizer que não é uma coisa simples, não é um debate fácil. Nós ganhamos e perdemos muitas também, mas nós estamos ali tentando fazer esse debate. Então é isso. O resto algumas coisas nós vamos discutindo a questão do plano hoje à tarde.